



Inflação pode encerrar o ano em 5,8% e chegar a 4,8% em 2023, segundo projeções da IFI

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (19) o Relatório de Acompanhamento Fiscal do mês de outubro.

Cenário macroeconômico

A IFI manteve sua projeção de crescimento do PIB para 2022 em 2,6% diante dos sinais de menor crescimento da atividade econômica durante o terceiro trimestre deste ano. Para o ano que vem a previsão de crescimento continua em 0,6% do PIB, considerando a vigência até 31 de dezembro das medidas de estímulo fiscal adotadas este ano. No cenário alternativo, que considera a prorrogação dessas medidas e o adicional de R\$ 200 mensais por família referente ao Auxílio Brasil, a projeção de crescimento do PIB sobe para 1,0%.

O IPCA de setembro registrou variação de -0,29%, com alta acumulada de 7,17% nos últimos 12 meses. A deflação pelo terceiro mês consecutivo motivou a IFI a revisar suas projeções para o IPCA, de 6,4% para 5,8% em 2022 e de 4,9% para 4,8% em 2023. Já o Copom projeta a inflação em 5,8% para 2022, 4,6% para 2023 e 2,8% para 2024. Segundo o Comitê, a incerteza em torno das projeções é alta e a variância do balanço de riscos para a inflação prospectiva é maior que a usual.

A IFI projeta, no cenário base, que a taxa Selic permaneça em 13,75% até meados de 2023, atingindo 11,00% ao fim do próximo ano, avaliando que a manutenção das expectativas para o IPCA de 2024 acima da meta – refletindo incertezas sobre a sustentabilidade da política fiscal – limitaria a redução dos juros ao longo do próximo ano.

Resultado primário

No acumulado de 2022 até setembro, o governo central (composto por governo federal, Banco Central e INSS) apresentou superavit primário de R\$ 33,5 bilhões. O resultado reflete o aumento das receitas e o relativo controle das despesas primárias, dado o teto de gastos. Já nos últimos 12 meses encerrados em setembro, o governo central apresentou superavit primário de R\$ 80,0 bilhões (0,8% do PIB).

Para 2022, devido principalmente à revisão das projeções nas receitas primárias, a IFI revisou a projeção para superavit de R\$ 50,9 bilhões (0,5% do PIB), tanto no cenário base quanto no alternativo. Para 2023, porém, a IFI projeta valores que podem ir de um pequeno deficit de R\$ 4,5 bilhões (0,0% do PIB) até um deficit de R\$ 103,0 bilhões

(1,0% do PIB). Essa piora no cenário alternativo ocorreria em função de receitas menores e do aumento na despesa.

A meta de resultado primário fixada na LDO para 2022 foi de deficit de R\$ 170,5 bilhões, porém a previsão do Governo mais recente indica a realização de um superavit primário. Já para 2023, a meta de deficit é menor que a de 2022 e as despesas primárias podem assumir valores maiores que os projetados no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2023).

O alto nível de incerteza em relação ao cenário prospectivo exige cautela. O RAF de setembro traçou cenários fiscais para o próximo exercício levando em conta essas incertezas no campo fiscal. Se, no cenário base, o governo consegue cumprir a meta de resultado primário e o teto de gastos, nos cenários alternativos, o risco de descumprimento das regras, tanto do teto quanto de primário se elevam. No relatório deste mês atualizamos essas projeções e o diagnóstico é o mesmo: a prorrogação de gastos e benefícios tributários para o próximo exercício aumenta o risco de descumprimento das regras fiscais.

Dívida bruta

No cenário base projetado pela IFI, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) terminará 2022 em 77,3% do PIB, aumentando para 79,2% do PIB no próximo ano. No cenário alternativo, por sua vez, a projeção é que a DBGG suba a 80,7% do PIB em 2023, motivado principalmente pela piora do resultado primário. No RAF anterior a expectativa da IFI, no cenário base, era que a DBGG alcançasse 78,1% do PIB em 2022 e subisse a 80,2% do PIB em 2023.

Orçamento 2022

Quando foi aprovado, o Orçamento de 2022 projetava despesas primárias em R\$ 1.720 bilhões (18% do PIB), com margem de R\$ 3,2 bilhões nas despesas sujeitas ao teto de gastos do Poder Executivo. Hoje, o governo projeta despesas primárias em R\$ 1.820 bilhões (18,8% do PIB), um aumento de R\$ 100 bilhões em relação ao previsto na LOA, sem nenhuma margem em relação ao teto de gastos do Executivo. Na avaliação mais recente do governo, do fim de setembro, identificou-se a necessidade de ajuste de R\$ 10,5 bilhões nas despesas sujeitas ao teto para cumprir a regra.

Dentre as despesas adicionadas ao orçamento de 2022 após a sanção da LOA, destacam-se três que, juntas, somam R\$ 87,3 bilhões (0,9% do PIB): crédito especial de R\$ 23,9 bilhões referente ao pagamento de sentença judicial ao município de São Paulo; reabertura de créditos extraordinários e inscrição de restos a pagar de 2022, principalmente de gastos com o enfrentamento da pandemia de covid-19, no valor de R\$ 23,0 bilhões; e auxílios financeiros decorrentes da Emenda Constitucional nº 123, no valor de R\$ 40,4 bilhões. Essas despesas respondem por 87,3% do aumento total entre o previsto na LOA deste ano e na avaliação bimestral mais recente.

A LOA de 2022 previa receita primária, líquida de transferência aos governos subnacionais, de R\$ 1.644 bilhões (17,2% do PIB) e agora, na última avaliação

bimestral de receitas e despesas primárias da União, o valor passou para R\$ 1.844 bilhões (19,1% do PIB). O aumento de R\$ 200,2 bilhões mais que compensa o aumento na previsão de despesas para 2022. Devido a essas revisões a previsão do Governo para o resultado primário saltou de um deficit de R\$ 76,2 bilhões para um superavit de R\$ 24,0 bilhões.

Piso da Enfermagem

No RAF nº 68, de setembro de 2022, estimamos que o impacto total do piso da enfermagem (Lei 14.434/2022) seria de R\$ 17,4 bilhões. Para garantir que os entes subnacionais e o setor privado sejam capazes de custear tal piso salarial, tramitam no Congresso Nacional diversas proposições com previsão de medidas compensatórias ou de suporte por parte da União. Como ainda não está claro qual proposta será efetivamente aprovada, optamos por aguardar as tramitações e deixar para incorporar impactos orçamentários mais específicos apenas nos próximos relatórios.

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia e a conjuntura fiscal. Duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro, o RAF apresenta também uma ampla revisão do cenário fiscal para dez anos à frente. Sem prejuízo dessas revisões, com foco no médio prazo, a partir de junho deste ano, passamos a atualizar mensalmente as projeções como forma de captar de forma mais tempestiva as dinâmicas de curto prazo das variáveis econômicas. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

Serviço:

Instituição Fiscal Independente

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

www12.senado.leg.br/ifi | ifi@senado.leg.br

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>